

O MOVIMENTO OPERÁRIO NOS TEMPOS DO MANIFESTO COMUNISTA

Oswaldo Coggiola

A organização dos trabalhadores industriais remonta a mais de um século antes que o *Manifesto Comunista* fosse redigido, em 1848. As primeiras lutas operárias trouxeram consigo os primórdios da organização. Em 1724, os operários chapeleiros de Paris declararam greve por causa da redução injustificada de seus salários. Criaram, para financiar essa ação, um "caixa de greve". Os primórdios do movimento operário, na Inglaterra, por sua vez, vincularam-se ao movimento democrático radical, por direitos políticos iguais para todos. Filho de um rico comerciante, John Wilkes começou sua carreira política atacando desde seu jornal, o *North Briton*, o Rei Jorge III, transformando-se no paladino das liberdades civis fundamentais. Logo virou líder de massas em Londres, com grande apóio para seu movimento de reforma democrática. Foi perseguido e detido diversas vezes. A 10 de maio de 1768, uma multidão se reuniu para exigir sua liberdade. A repressão da manifestação provocou seis mortos e muitos feridos.

Houve uma comoção em Londres e condados vizinhos: estivadores, trabalhadores portuários, marceneiros e alfaiates declararam greve. Wilkes organizou a campanha eleitoral de 1774 a partir de um programa que defendia um sufrágio mais equitativo e a defesa dos direitos populares na Inglaterra, na Irlanda e na América. O movimento radical que dirigia conquistou, em que pese o reduzido número de eleitores (devido ao voto censitário, dos homens de fortuna), doze membros no parlamento. A influência política de Wilkes durou até 1780, mas a política reformadora continuou vigente. A maior parte dos políticos se apresentava como reformadores. Cartwright publicou em 1776 uma brochura intitulada *Take Your Choice* (Escolha) na qual esboçava o programa que inspiraria todo o movimento popular durante os setenta e cinco anos seguintes.

Na Inglaterra, a agitação operária percorreu todo o século XVIII, em especial a sua segunda metade. Mas as greves não se esgotaram em si mesmas: entre 1763 e 1768 diversas categorias se unificaram para levar petições ao rei George III. Por outro lado, ganhou corpo rapidamente a idéia de atacar diretamente o capital. Em 1768, os tecelões de Spitalfields se levantaram em massa e destruíram grande quantidade de teares de seda. Organizaram um fundo de greve, depositando de 2 a 5 *shillings* por tear. Os membros dos diferentes comitês se reuniam nas tavernas, onde deveriam comparecer armados e disfarçados. Formas de organização semelhantes foram adotadas pelo movimento de "destruidores de máquinas", que se desenvolveu a partir de meados do século XVIII na Inglaterra (e também na Bélgica), com tal força e extensão que levou o Parlamento britânico a sancionar em 1769 uma lei que punia a destruição de fábricas e máquinas com a pena de morte. Muitos trabalhadores foram executados, o que não impediu que o movimento ganhasse enorme amplidão entre 1811 e 1817, já então conhecido como "luddita" (do nome de Ned Ludd que, aborrecido com seu patrão, quebrou a marteladas os teares da oficina deste e tornou-se símbolo lendário, além de líder, do movimento).

Foram as lutas mencionadas acima revoltas sociais "marginais", sem importância nem peso históricos? No seu trabalho magistral sobre a formação da classe operária inglesa, Edward P. Thompson apontou que a rápida revolta dos novos operários criados pela Revolução Industrial foi o fator fundamental que determinou o histórico conservadorismo da burguesia inglesa, o que "poupou" o país insular de participar da onda revolucionária deflagrada pela Revolução Francesa de 1789 (fato decisivo, que levaria a Inglaterra "liberal – democrática" a ser a base da arquitetura contra-revolucionária mundial contra a "onda expansiva francesa", culminada na Santa Aliança de 1815).

Diz Thompson: "Nas décadas após 1795, houve uma profunda separação entre as classes na Inglaterra, e os trabalhadores foram lançados a um estado de apartheid cujos efeitos - nos detalhes da discriminação social e educacional - podem ser sentidos até hoje. É nisso que a

Inglaterra diferia de outras nações européias: o fluxo de sentimentos e disciplinas contrarrevolucionários coincidiu com o fluxo da Revolução Industrial; na medida em que avançavam novas técnicas e formas de organização industrial, recuavam os direitos sociais e políticos. A aliança "natural" entre uma burguesia industrial impaciente, com idéias radicais, e um proletariado em formação, rompeu-se tão logo chegou a se formar. A fermentação entre os industrialistas e comerciantes ricos dissidentes de Birmingham e as cidades industriais do norte pertence principalmente aos anos de 1791 e 1792; o auge da "inimizade" entre artesãos e assalariados em Londres, Norwich e Sheffield - causada seja pela fome, seja pela agitação jacobina - pertence a 1795".

Thompson concluiu: "Esses dois momentos só coincidem por uns poucos meses. Em 1792, depois dos massacres de setembro, todos os industriais manufatureiros, com exceção de uma pequena minoria, se amedrontaram com a causa da reforma. Se não houve uma revolução na Inglaterra nos anos 1790, não foi devido ao metodismo, mas à desintegração da única aliança suficientemente forte para realizá-la; depois de 1792, não havia girondinos para abrir as portas por onde poderiam passar os jacobinos. Se homens como Wedgwood, Boulton e Wilkinson tivessem atuado junto com homens como Hardy, Place e Binns - e se a pequena nobreza de Wyvill agisse com eles - Pitt (ou Fox) teriam sido obrigados a conceder uma grande parte da reforma. Mas a Revolução Francesa consolidou a Velha Corrupção, unindo num pânico comum os proprietários de terra e os industriais manufatureiros; e as sociedades populares eram frágeis demais e por demais inexperientes para executar, por elas mesmas, seja a reforma ou a revolução".

No verão de 1812, 12 mil soldados foram destacados para Leicester e York, na tentativa de deter o movimento de revolta. O valor das propriedades e máquinas destruídas ultrapassou 100 mil libras esterlinas. Lord Byron, poeta e membro da Câmara Alta, chegou a discursar nela, em 1811, em defesa dos ludditas, e contra as inumanas condições de trabalho: "Não existem já bastantes coalhos de sangue em vossos códigos, para que ainda queirais mais até que os céus grem e clamem contra vós? São esses os remédios com os quais quereis curar um povo faminto e desesperado?". Em todas estas lutas foi se impondo o princípio da organização. Os tecelões de Spitalfields criaram uma *Union* para pleitear perante a justiça.

Naquela que é considerada a primeira grande greve de operários fabris, organizada de acordo com o "modelo moderno", ou fabril, a dos fiadores de algodão de Manchester (realizada em 1810), vários milhares de homens distribuíram entre si o fundo de greve, que atingiu 1500 libras por semana. O antecedente fora a grande greve de 1804-1805, realizada pelos tecelões de Glasgow, quando 40 mil trabalhadores de toda Escócia pararam seus teares. A extraordinária "marcha da fome" sobre Londres (de 1817), ou o comício de Saint Peter's Field em 1819, que reuniu a quantidade (inusitada para a época) de 80 mil pessoas, se produziram em meio ao clima criado pela revolta dos operários e artesãos. Em 1819, o exército inglês atacou os manifestantes, semeando de cadáveres o campo de Peterloo. Resulta incorreto, portanto, como fez o historiador francês Edouard Dolléans, datar o nascimento do movimento operário na França e na Inglaterra entre 1832 e 1836.

Nada demonstra melhor que a revolução democrático-burguesa foi antes "uma revolução feita pelas maiorias em proveito de uma minoria" do que a atitude da burguesia diante da organização operária. Na Inglaterra, em 1721, foi proibida a organização dos alfaiates; e em 1726 a dos marceneiros. Finalmente, as *Combination Acts* (de 1799) proibiram todas elas, condenando-as à clandestinidade e à vida curta. Na Revolução Francesa, em 1791, uma lei, proposta pelo deputado Le Chapelier e aprovada pelo parlamento revolucionário, proibiu as organizações operárias. No seu texto, afirmava-se, com base no ilusionismo liberal próprio da época, mas também com um senso de classe muito aguçado: "Já não há classes de corporação no Estado. Não existe mais do que o interesse particular de cada indivíduo e o interesse geral. Pertence aos convênios livres, de indivíduo a indivíduo, fixar o jornal para cada operário. É incumbência do operário manter o acordo feito com o empregador". Os temíveis (mas, afinal de contas, burgueses) jacobinos, com Robespierre na frente, permaneceram calados. O projeto de

Le Chapelier foi adotado por unanimidade pela Assembléia Nacional francesa.

Mas as lutas e a organização de classe continuaram. A organização de uniões (*Trade Unions*) era uma velha tendência, presente desde 1720 na Inglaterra, com a União dos Entalhadores de

Londres, destinada a obter aumentos salariais através de petições ao Parlamento. Segundo Georges Lefranc: "As primeiras associações permanentes de assalariados precedem em meio século o sistema manufatureiro e se localizam em ofícios onde o trabalho manual-artesanal predomina: o sindicalismo não é filho direto do maquinismo. O fator determinante não é a transformação técnica, mas o divórcio entre o trabalho e a propriedade dos meios de produção. Onde esse divórcio se consuma, nasce o sindicato. É mais para defender uma situação privilegiada, do que para melhorar uma situação ruim, que se formam os primeiros sindicatos. Seus objetivos são conservadores, não revolucionários. Pedem a manutenção da situação tradicional, contra os patrões seduzidos pelas novas teorias de liberdade econômica".

As coisas mudaram com a Revolução Industrial, quando os núcleos mais numerosos e concentrados de operários se situaram nos setores desqualificados, dominados pelo maquinismo. As leis anti-sindicais foram promulgadas justamente em plena Revolução Industrial. Elas foram sendo derrotadas pelas greves e pelas lutas operárias, que obtiveram em 1825 a revogação das *Combination Acts*. Em 1830 se formou o sindicato dos operários da construção (*Operative Builders Union*), e em 1834 a primeira central de trabalhadores (*Grand National Consolidated Trade Unions*). Depois de numerosas greves, obteve-se em 1847 a redução da jornada de trabalho para dez horas em toda a Inglaterra, que Marx chamou de "primeira vitória da economia política da classe operária".

Para Marx, "a única potência social que os operários possuem é seu número. Mas a quantidade é anulada pela desunião, que se engendra e se perpetua por uma concorrência inevitável. Os sindicatos nasceram dos esforços espontâneos dos operários ao lutarem contra as ordens despóticas do capital, para impedir ou ao menos atenuar os efeitos dessa concorrência, modificando os termos dos contratos, de forma a se colocarem acima da condição de simples escravos. Presentemente os sindicatos se ocupam, em demasia, exclusivamente das lutas locais e imediatas contra o capital. Ainda não são suficientemente conscientes de tudo o que podem fazer contra o sistema da escravidão assalariada, e mantêm-se bastante separados dos movimentos mais gerais e das lutas políticas. Ao se considerarem e atuarem como pioneiros e representantes de toda a classe operária, conseguirão reagrupar em seu seio todos aqueles que ainda não estão organizados. Ao se ocuparem das atividades mais miseravelmente remuneradas, farão nascer, nas grandes massas operárias, a convicção de que, em lugar de se circunscreverem a limites estreitos e egoístas, seu objetivo tende à emancipação de milhões de proletários subjugados".

Na França, onde a Revolução Industrial demorou a acontecer (determinando um predomínio relativo dos ofícios artesanais sobre os industriais, durante a primeira metade do século XIX), a legislação anti-grevista só veio a ser abrandada pelo Segundo Império, em 1864. Nada houve, na França, de comparável, nesse período, à central inglesa, que em 1830 agrupava 150 sindicatos, 80 mil operários, e tirava 30 mil exemplares de seu jornal ("A Voz do Povo"). Apesar disso, ou talvez até por isso mesmo, as revoltas operárias na França tiveram um caráter ainda mais violento, acompanhando o ritmo revolucionário de toda a sociedade.

A revolução democrática de 1830 não satisfaz as demandas operárias (ao contrário, a situação do operariado francês piorou depois dessa data). A resposta foi a insurreição dos tecelões de Lyon, em 1831. Os operários exigiram que fossem aprovadas novas tabelas para o pagamento do trabalho. O governo negou-as. A insurreição levou os operários a ocuparem a cidade durante dez dias, aterrorizando as autoridades, que deixaram o poder nas mãos operárias. A repressão posterior não impediu que o processo de organização avançasse: os impressores de Nantes criaram em 1833 a Associação Tipográfica. Em setembro do mesmo ano, o movimento grevista adquiriu novas características: estendeu-se por toda a França, e mobilizou setores operários de ofícios diversos. Os líderes foram mortos pela repressão e milhares de operários foram detidos.

Mas em janeiro de 1834 a associação mutualista dos tecelões de Lyon lançou a idéia da greve geral, para obter uma tarifa mínima. O movimento desaguou numa nova insurreição, em abril de 1834, realizada sob a bandeira de "Viver trabalhando ou morrer combatendo!". As primeiras tropas enviadas para a repressão se solidarizavam com os grevistas, e os republicanos de Paris levantaram barricadas em diversos bairros em solidariedade aos insurretos de Lyon. O exército mobilizou suas melhores unidades para esmagar os revoltosos, o que foi concluído em 11 de abril.

A organização operária continuou na França, mas agora com características clandestinas (através de sociedades secretas) onde se destacou a figura de Auguste Blanqui. Em 1844, o levantamento dos tecelões alemães da Silésia (imortalizada na peça teatral de Jürgen Hauptmann, *Os Tecelões*), provou que a agitação operária estendia-se a todo o continente europeu. Em 1843, a grande organizadora operária francesa, Flora Tristán (filha de uma francesa e de um aristocrata peruano), fazia um chamado: "Venho propor a união geral dos operários e das operárias, de todo o reino, sem distinção de ofícios. Esta união teria por objetivo construir a classe operária e construir estabelecimentos (os Palácios da União Operária) distribuídos por toda França. Seriam aí educadas crianças dos dois sexos, dos 6 aos 18 anos, e seriam também recebidos os operários doentes, os feridos e os velhos. Há na França 5 milhões de operários e 2 milhões de operárias". Já fazia tempo, porém, que esta enorme força social, em pleno processo de formação, não se limitava ao plano defensivo ou a atividade puramente sindical, mas também se projetava na ação política geral.

As formas políticas e ideológicas adotadas pelo nascente movimento operário não surgiram do nada, senão que resgataram e reformularam as tradições revolucionárias já existentes, especialmente aquelas das alas democráticas radicais do período de revoluções democráticas européias dos séculos precedentes. Assim, na Inglaterra, no momento mais radical da revolução inglesa do século XVII, uma maioria parlamentar chegou a apoiar os *levellers* ("igualitários" ou "niveladores"), os quais procuravam levar as idéias democráticas à sua conclusão lógica, atacando todos os privilégios e proclamando a terra como uma herança natural dos homens. Os *levellers* se concentravam na reforma política: o socialismo implícito da sua doutrina ainda se exprimia em linguagem religiosa. Seus herdeiros radicais foram os *diggers* ("cavadores"), muito mais precisos em relação à sociedade que desejavam estabelecer e que, totalmente descrentes de uma ação política de tipo normal, só acreditavam na ação direta. Mas a revolução inglesa do século XVII conciliou-se finalmente com a monarquia, e eliminou as suas alas radicais.

Engels rastreou as origens desse radicalismo democrático nos primeiros grandes levantes europeus contra a aristocracia feudal, "na época da Reforma e das guerras camponesas na Alemanha, a tendência dos anabaptistas e de Thomas Münzer; na grande revolução inglesa, os *levellers*; e, na grande Revolução Francesa, Babeuf. E esses levantes revolucionários de uma classe incipiente são acompanhados, por sua vez, pelas correspondentes manifestações teóricas: nos séculos XVI e XVII, surgem as descrições utópicas de um regime ideal de sociedade; no século XVIII, teorias já declaradamente comunistas, como as de Morelly e Mably. A reivindicação da igualdade não se limitava aos direitos políticos, mas também às condições sociais de vida de cada indivíduo. Já não se tinha em mira abolir apenas os privilégios de classe, mas acabar com as próprias diferenças de classe".

A Revolução Francesa, no final do século XVIII, também concluiu com a derrota de sua direção mais radical (os jacobinos, donos do poder entre 1792 e 1794), mas estes também tiveram seus herdeiros radicais, na chamada "Conspiração dos Iguais", encabeçada em 1796 por Gracchus Babeuf. Como o próprio nome indica, esta fração propôs um programa de propriedade comunal, para aprofundar a revolução, uma espécie de socialismo agrário (a indústria ainda estava escassamente desenvolvida). Segundo Wolfgang Abendroth, neste período "os trabalhadores se consideravam parte das camadas populares da nação, e ficaram presos a essa ideologia. A sua privação de direitos só podia ser eliminada exigindo para todos os cidadãos o mesmo direito em determinar a atividade do poder político, de modo que não se abusasse do Estado em proveito de uns poucos. Reclamaram para si próprios os direitos de liberdade correspondentes ao direito natural. Mas não foram capazes de colocar exigências diferentes do pensamento dos democratas burgueses radicais". Na prática, porém, foram bem além disso.

O desenvolvimento social da classe operária criou as bases sociais para a superação do "socialismo" até então existente, tanto na França (com Saint-Simon e Fourier) como na Inglaterra (com Robert Owen). O termo "utopistas", aplicado a estes três visionários foi assim explicado por Engels: "Se os utopistas foram utopistas, é porque, numa época em que a produção capitalista estava ainda tão pouco desenvolvida, eles não podiam ser outra coisa. Se foram obrigados a tirar das suas próprias cabeças os elementos de uma nova sociedade, é porque, de uma maneira geral, estes elementos não eram ainda bem visíveis na velha sociedade;

se limitaram-se a apelar para a razão para lançarem os fundamentos de seu novo edifício, é porque não podiam, ainda, fazer apelo à história contemporânea”.

Se Saint-Simon e Fourier haviam “extraído da cabeça” o seu sistema socialista, foi pela via da prática que Robert Owen (1771-1858), num país de indústria extremamente desenvolvida, a Inglaterra, elaborou seu próprio sistema social. Ele foi fortemente influenciado por Jean Jacques Rousseau e pela Filosofia das Luzes, e acreditava na possibilidade de educar o homem. A sua grande idéia era a de tornar o mundo racional, e racional significava moral. Mas foi essencialmente devido à sua posição de diretor de uma fábrica, isto é, através do contato com a prática, que veio a elaborar o seu socialismo. Na sua empresa, em New Lanark (Escócia), Owen (que tinha nascido num lar operário) reduziu a jornada de trabalho de 16 para 10 horas diárias.

Não aceitou o trabalho de crianças menores de dez anos, e criou para elas escolas gratuitas e laicas, além de creches. Manteve a higiene da fábrica, combateu o alcoolismo, e criou casas de pensão para doença e velhice. Conseguiu fazer isto tudo sem que minguassem a produtividade da empresa. Mas, apesar deste exemplo, os capitalistas viram nele um perigo, vindo a ser duramente criticado no Parlamento entre 1817 e 1820, e também perseguido, o que o obrigou ao exílio. Nos EUA tentou fundar, sem sucesso, colônias socialistas.

De volta à Inglaterra, Robert Owen criou a *National Equitable Labour Exchange*, onde produtos fabricados pelos trabalhadores independentes eram trocados por outros que tivessem custado o mesmo tempo de trabalho. O sistema fracassou (porque muitos “inchavam” o trabalho realmente feito), mas a *National Equitable* foi o antecedente da primeira central sindical inglesa (e também mundial). Robert Owen passou então a trabalhar nos sindicatos, chegando a propor, num congresso que presidiu, em 1838, a greve geral e a luta de classes (o congresso rejeitou a proposta). Owen morreu então como militante socialista da classe operária: muitos dos seus antigos discípulos o abandonaram, criticando seu “radicalismo”.

A configuração de classes da sociedade mudou radicalmente com a Revolução Industrial. No final do século XVIII, surgiu na Inglaterra a “lei dos pobres”, uma ajuda às famílias mais necessitadas, proporcional ao número de filhos. O dinheiro vinha de uma taxa paga pelos contribuintes cujas posses ultrapassassem um determinado valor. Em 1795, como já vimos, uma legislação de proteção ao trabalhador agrícola foi estabelecida no Sul da Inglaterra. O *Speenhamland System* foi introduzido primeiramente na vila de Speen por juizes locais, ao perceberem que “o estado atual dos pobres necessita de mais assistência do que a lei geralmente tem dado a eles”. Tal estado se devia a uma série de más colheitas que reduziram a oferta de trigo, com o conseqüente aumento do preço do pão, ao aumento da população e às guerras napoleônicas, que impediam a importação de trigo da Europa. A “lei dos pobres” suplementava os salários então pagos, proporcionalmente ao preço do trigo e ao número de filhos da família.

O objetivo do Estado inglês era evitar as revoltas da população faminta; em 1795 o fantasma da Revolução Francesa de 1789-1793 rondava toda a Europa.

Para os proprietários de terras, por sua vez, o sistema era vantajoso, pois transferia a todos os contribuintes os gastos com os trabalhadores na entressafra, quando o salário era cortado e os trabalhadores eram mantidos com a suplementação garantida pela lei dos pobres. Esta dupla vantagem fez com que o sistema se ampliasse a todo o Sul da Inglaterra, pouco industrializado. Assim, o auxílio aos pobres representava mais um “subsídio da sociedade” aos grandes proprietários, que reduziam seus gastos com salários, do que uma transferência de renda do Estado aos trabalhadores do campo. A revolta originou a organização operária. Em janeiro de 1792, oito operários ingleses tinham criado a *London Corresponding Society*, que se organizou em grupos de trinta membros, baseada em uma contribuição financeira acessível aos operários.

Em finais desse ano, a sociedade contava já com três mil membros. Seus objetivos eram o sufrágio universal, a igualdade de representação, o parlamento honesto, o fim dos abusos contra os cidadãos humildes, o fim das pensões outorgadas pelo Parlamento aos membros das classes dirigentes, uma menor jornada de trabalho, a diminuição dos impostos e a entrega das terras comunais aos camponeses. Na mesma época, o livro de Tom Paine, *Os Direitos do Homem*, defendia a Revolução Francesa e a independência americana, atacando a monarquia inglesa em favor do republicanismo. Publicado em inglês, céltico e gaélico, vendeu 200 mil exemplares na Grã-Bretanha, e se transformou no “manual universal do movimento operário”.

Em 1795, os dirigentes da sociedade foram presos, e esta começou a decair. Mas ela foi, sem dúvida, o antecedente da primeira grande organização política operária, o cartismo inglês, assim chamado por basear-se na *Carta do Povo*, que seria “proclamada” em 1838. Já prevenida pelo antecedente, e lecionada pela própria experiência da França (onde a Lei Le Chapelier, como vimos, pusera fora da lei toda “coalizão dos empregados”, sob pretexto de que ela atentaria contra a “liberdade econômica”), as já mencionadas *Combination Laws* inglesas colocaram os sindicatos operários fora-da-lei, por serem considerados organizações revolucionárias. O governo conseguiu também impedir todas as tentativas de implantar um salário-mínimo, apelando para o mesmo fundamento.

Na verdade, a partir de 1790 a nova condição social dos revoltados, unida à influência da Revolução Francesa, deram um novo estatuto à repressão contra a protesta social; diz Edward P. Thompson: “A velha equação paternalismo - deferência perdia força inclusive antes da Revolução Francesa, embora conhecesse uma temporal reanimação nas multidões partidárias da Igreja e do Rei de inícios dos anos 1790... Os motins de Gordon presenciaram o clímax, e também a apoteose, da licença plebéia; e infringiram um trauma aos governantes, que já pode observar-se no tom cada vez mais disciplinador dos anos 1780. Mas, nesse tempo, a relação recíproca entre *gentry* e plebe, inclinando-se ora de um lado, ora do outro, havia já durado um século. Ainda sendo essa relação desigual, a *gentry* necessitava, apesar de tudo, certa classe de apóio dos pobres, e estes sentiam que eram necessários.

“Durante quase cem anos, os pobres não tinham sido os completos perdedores. Conservaram sua cultura tradicional; conseguiram conter parcialmente a disciplina trabalhista do primeiro industrialismo; talvez até ampliaram o alcance das Leis de Pobres; obrigaram que se exercesse uma caridade que pôde evitar que os anos de escassez se transformassem em crise de subsistência; e desfrutaram da liberdade de sair às ruas, empurrar, bocejar e dar vivas, tirar as casas de padeiros ou dissidentes detestáveis, e de uma disposição barulhenta não vigiada que surpreendia os visitantes estrangeiros, e que quase os induziu erroneamente a pensar que eram «livres». Os anos 1790 eliminaram essa ilusão e, com base nas experiências desses anos, a relação de mútua reciprocidade acabou. Ao acabar, nesse exato momento, perdeu a *gentry* sua confiada hegemonia cultural... Nos afastamos do campo de força do século XVIII, e entramos em um período em que se produz uma reorganização estrutural das relações de classe e da ideologia. Faz-se possível, pela primeira vez, analisar o processo histórico nos termos e conotações de classe do século XIX”.

Em finais do século XVIII, as primeiras formas de solidariedade operária vincularam-se à experiência fabril imediata, em especial ao trabalho dos religiosos na primeira e terrível fase da Revolução Industrial. Os metodistas fundaram nas paróquias industriais as "escolas dominicais evangélicas", onde se buscavam "serviçais fiéis e bons trabalhadores". Nelas, a recreação consistia em rachar lenha, cavar o solo, e aprender hinos religiosos cujas letras falavam sempre da presença de Deus como o mais vigilante dos contramestres. Como aos ingleses pobres muito pouco restasse da antiga vida em comunidade, a Igreja oferecia uma oportunidade de convivência, de ajuda mútua e de consolo. Os cultos religiosos levavam, muitas vezes, a histeria, com gritos, desmaios, exorcismos. Apesar desse terrorismo religioso, o metodismo serviu de base para o surgimento de um movimento de solidariedade entre os trabalhadores, na sua luta por melhores salários durante o século XIX.

Só com o *Factory Act* é que se começou timidamente, e no meio de grande oposição dos empregadores, a alargar a regulamentação do trabalho infantil: na seqüência das propostas de Robert Peel, a idade mínima de admissão passava teoricamente a ser de 9 anos, a jornada de trabalho não podia exceder as nove horas para as crianças e adolescentes entre os 9 e os 16 anos, com meia hora de intervalo para uma refeição... De qualquer modo, a lei só era aplicável ao setor algodoeiro (*cotton mills*). Entre 1802 e 1833, o Parlamento inglês promulgou cinco leis sobre o trabalho fabril, que não passaram de letra morta.

De um modo geral, a Revolução Industrial acarretou uma queda, por vezes abrupta, dos padrões de consumo do setor mais pobre da população. Em algum momento após o começo da Revolução Industrial, os padrões de vida deixaram de melhorar e declinaram. No meio da década de 1790, o período da Speenhamland e da carência marcou um ponto crítico. O meio da década de 1840 certamente marcou outro. A opinião clássica foi expressa nas palavras de

Sidney Webb: "Se os cartistas em 1837 tivessem pedido uma comparação do seu tempo com 1787, e tivessem obtido um relato justo da verdadeira vida social do trabalhador nos dois períodos, é quase certo que teriam registrado um declínio positivo do padrão de vida de grandes classes da população". O protesto social, e o movimento operário que dele emergiu, tiveram essa deterioração geral por base.

Em inícios do século XIX surgiu, como vimos, o luddismo ("os destruidores de máquinas"), movimento que se insurgiu contra as profundas alterações trazidas pela Revolução Industrial. As reclamações contra as máquinas e a substituição que elas faziam da mão-de-obra humana eram normais. Mas foi em 1811, na Inglaterra, que o movimento estourou, superando o nível da revolta espontânea e local, e ganhando dimensão significativa e nacional. O seu nome derivava de Ned Ludd, um dos líderes do movimento. Ned Ludd, em Nottingham, desesperado, destruíra uma oficina têxtil. Os ludditas invadiam fábricas e destruíam máquinas que, por incrementarem a produtividade dos trabalhadores, tiravam também seus empregos, requerendo, contudo, duras horas de jornada de trabalho. As fábricas eram também ambientes com péssima iluminação, abafados e sujos. Em uma carta ameaçadora que Ludd endereçou a um certo empresário de Huddersfield, em 1812, lia-se: "Recebemos a informação de que é dono dessas detestáveis tosquiadoras mecânicas. Fica avisado de que se elas não forem retiradas até o fim da próxima semanal eu mandarei imediatamente um de meus representantes destruí-las... E se o Senhor tiver a imprudência de disparar contra qualquer dos meus homens, eles têm ordem de matá-lo e queimar sua casa".^[1]

O luddismo não foi um movimento exclusivamente inglês, tendo-se registrado movimentos semelhantes na Bélgica, na Renânia, na Suíça e na Silésia. O luddismo inglês teve o seu momento culminante no assalto noturno à manufatura de William Cartwright, no condado de York, em abril de 1812. No ano seguinte, na mesma cidade, teve lugar o maior processo contra os ludditas: dos 64 acusados de terem atentado contra a manufatura de Cartwright, treze foram condenados à morte e dois a deportação para as colônias. Apesar da dureza das penas o movimento não amainou, refletindo as péssimas condições de vida dos operários. Finalmente, a generalização da indústria (*factory system*) e a criação das primeiras *trade unions* (futuros sindicatos) limitaram as revoltas ludditas, fazendo com que entrassem em declínio em meados do século XIX. Para Hobsbawm, o luddismo "foi uma técnica de sindicalismo no período que precedeu a Revolução Industrial e nas suas primeiras fases". Marx, que teve uma proximidade histórica maior com o movimento, viu as coisas de outro modo, no *Manifesto Comunista*: "(Os operários) não se contentam com dirigir os seus ataques contra as relações burguesas de produção, e dirigem-se contra os próprios instrumentos de produção: destroem as mercadorias estrangeiras que lhes fazem concorrência, quebram as máquinas, incendiam as fábricas, tentam reconquistar pela força a posição perdida do artesão da Idade Média".

Em 1834, os custos crescentes do *Speenhamland System* levaram uma Comissão Real a proibir qualquer suplementação salarial aos pobres. A prática foi condenada como "o principal mal do atual sistema", cujos efeitos "maléficos" eram tão convincentemente expostos pelos "comissários reais" de 1834, que nenhuma doutrina econômica ganhou tanta vigência quanto que a assistência pública era um presente de auxílio aos salários e tendia a reduzi-los.

No lugar do antigo sistema, a *Poor Law Amendment Act* passou a vigorar, prevendo a construção de *workhouses* – casas de trabalho – para onde os desempregados eram levados e obrigados a trabalhar, às vezes até por 14 horas diárias. A nova lei levou a uma rápida redução dos custos assistenciais. A abolição do *Speenhamland System* significou a eliminação de um patamar mínimo de remuneração da força de trabalho, que não poderia ser inferior à ajuda social. A medida contribuiu, portanto, para a criação de um mercado de força de trabalho totalmente "livre", e foi considerada por Karl Polanyi como a vitória definitiva do capital industrial sobre a aristocracia fundiária, o que garantiu a vitória do capitalismo na Inglaterra, ou seja, a apropriação, pelo capital, da esfera da produção em todos seus âmbitos.

As casas de trabalho eram odiadas pelos trabalhadores e a luta contra sua implantação levou a várias revoltas no norte da Inglaterra, sendo uma das causas do surgimento do movimento cartista, e mereceram o seguinte comentário de Karl Marx: "É notório que na Inglaterra, onde o domínio da burguesia é o mais extenso, até a beneficência pública assumiu as formas mais nobres e ternas: as *workhouses* britânicas – hospícios nos quais o excedente da

população trabalhadora vegeta às custas da sociedade civil – unem do modo mais refinado a filantropia com a vingança que a burguesia exerce sobre os desgraçados que se vêem na necessidade de recorrer a seu magnânimo bolso. Não só se nutre os pobres diabos com os alimentos mais miseráveis, escassos e insuficientes até para a reprodução física, mas também sua atividade fica limitada a uma aparência de trabalho, um trabalho improdutivo que obstrui a mente e encolhe o corpo”.

Na verdade, o papel que a lei dos pobres cumpria para os fazendeiros no Sul, as *workhouses* deveriam cumprir para a burguesia industrial no norte: criar um exército de reserva que fosse sustentado pelo Estado nas épocas de crise e desemprego em alta e que estivesse apto ao trabalho quando a atividade econômica voltasse a um ciclo de expansão. Nas primeiras décadas da Revolução Industrial, o norte e o oeste da Inglaterra converteram-se em pontos de concentração demográfica, e as condições de vida do operariado eram terríveis, expostos à sujeira e à umidade. Além disso, o fim da guerra com a França deixou o país em crise econômica e financeira que teve efeitos imediatos sobre a população. O aumento dos preços e dos impostos fez com que a população reivindicasse a diminuição dos impostos e reforma no Parlamento. Aconteceu então o massacre de Peterloo, que impôs um retrocesso ao movimento de protesta.

O *cartismo* nasceu sobre a base da experiência do movimento pela imprensa popular (chamada de “não taxada”). A iniciativa correspondeu a um grupo de artesãos londrinos que, a 16 de junho de 1836, constituíram a *London Working’s Men Association*, que conquistaria apóio nacional no ano seguinte, em torno da idéia de uma petição ao Parlamento pela reforma política. O cartismo teve como base a Carta (*Charte*) escrita pelo radical William Lovett, intitulada “Carta do Povo”, e enviada ao Parlamento inglês. A estratégia utilizada pelos cartistas girava em torno da coleta de assinaturas, que era realizada nas oficinas, nas fábricas e em reuniões públicas, através de uma série de petições nacionais, enviadas à Câmara dos Comuns.

Dirigentes operários como Harney e O’Connor não foram aceitos na sociedade, e iniciaram uma campanha independente. A reforma eleitoral de 1832 (*Reform Act*), arrancada pela burguesia industrial à monarquia, elevou o corpo eleitoral de 400 mil a 800 mil membros, o Parlamento apoiou a reforma que suprimia as “cidades mortas” (pequenas cidades controladas pela nobreza), abaixava o censo eleitoral e aumentava o número de deputados. A reforma satisfazia os interesses da burguesia, doravante dona do poder político, mas não o operariado, pois sobreviviam o voto qualificado (ligado à propriedade), o que excluía quase toda a classe operária do exercício dos direitos políticos.

Em 1824 foram criados os primeiros centros de ajuda mútua e de formação profissional. Para atender os casos de acidentes de trabalho, doenças ou mesmo de desemprego, os operários criaram as primeiras associações de auxílio mútuo, que funcionavam por meio de cotizações. Em 1825 foi abolida a proibição do direito de associação, e surgiu uma onda grevista. Foi só a partir do *Factory Act* de 1833, visando as manufaturas de algodão, lã, linho e seda, que foi fixado para a indústria moderna um dia normal de trabalho.^[2] Em 1833 os trabalhadores ingleses organizaram os primeiros sindicatos (*trade unions*) sob a forma de associações de base local, ou por ofício, para obter melhores condições de trabalho e de vida. Havia mais organização entre os trabalhadores especializados, como os penteadores de lã. Inicialmente, eles se cotizavam para pagar o enterro de associados; a associação passou a ter caráter reivindicatório.

Em 1833, surgiu a primeira lei limitando a 8 horas de trabalho a jornada das crianças operárias. Em 1842 proibiu-se o trabalho de mulheres em minas. Gradativamente, as associações conquistaram a proibição do trabalho infantil, a limitação do trabalho feminino, o direito de greve, a limitação da jornada de trabalho, o que teria efeitos decisivos para os trabalhadores: as horas de trabalho por semana para trabalhadores adultos nas indústrias têxteis eram, em 1780, em torno de 80 horas por semana; em 1820, 67 horas por semana; em 1860, 53 horas por semana. O processo de organização se acelerou, e também se tornou mais denso. Em 1836 os operários condenados na Inglaterra em revoltas anteriores foram indultados, e começaram a regressar ao país. Nesse clima, a Carta foi proclamada e organizada em 1838, propondo o voto universal e secreto (através de cédula), a abolição da qualificação para exercê-lo (voto por nível de renda), o pagamento aos membros do Parlamento (permitindo o ingresso

nele de trabalhadores), a nivelção dos distritos eleitorais, os parlamentos eleitos anualmente (permitindo assim um controle mais efetivo, e a revogabilidade, dos representantes parlamentares).

O movimento cartista não formulou um programa político a partir de um conjunto de idéias socialistas, como se fazia já na França, mas a partir das idéias dos reformadores parlamentares radicais do passado. Os "seis pontos" da Carta estavam baseados no programa que a "Comissão da Reforma" em Westminster tinha rascunhado 58 anos antes. As reivindicações de luta pela liberdade já faziam parte da cultura dos artesãos e trabalhadores radicais antes mesmo da formação de sua consciência como uma classe trabalhadora independente. A composição do cartismo era heterogênea, com líderes radicais como William Lovett, em Londres, e Thomas Attwood, em Birmingham; conservadores como Richard Oastler, socialistas jacobinos como Julian Harney e James Bronterre O'Brien.

O cartismo ensejou, em escala histórica, um novo estágio do desenvolvimento do movimento operário, já existente e ativo em diversos países. A passagem das "sociedades secretas" para as sociedades operárias de massa foi um complexo processo histórico. Segundo Bert Andreas: "A Liga dos Justos devia alguns traços de sua organização secreta às sociedades secretas neobabuvistas com as quais as comunas da Liga em Paris tinham estreitas relações. Os membros da Liga estavam obrigados a difundir os princípios, fazer novos recrutamentos, fundar associações oficiais de operários e artesãos... Foi somente nos grandes centros da Liga, em Paris e Londres, e mais tarde em Genebra, que as comunas tiveram uma existência e uma atividade contínuas, apoiando-se sempre em associações operárias paralelas".

A mudança teve o seu epicentro na Inglaterra, onde o desenvolvimento industrial era mais avançado, e a atividade da classe operária mais aberta. A Convenção Geral das Classes Operárias da Grã-Bretanha, primeiro "parlamento operário", convocado no início de 1839 pelos cartistas, havia discutido publicamente durante meses a organização da greve geral como meio de conquista do poder. Segundo Bert Andréas "existia na Inglaterra uma classe operária nascida da fábrica, que fazia valer suas reivindicações através do poderoso movimento cartista; havia liberdade de reunião e de associação; havia, além dos numerosos operários e artesãos de todos os países europeus, exilados políticos franceses, alemães, italianos e poloneses de todas as opiniões".

A influência do movimento cartista foi, portanto, decisiva para o surgimento do comunismo operário, impulsionado por Karl Marx e Friedrich Engels, ambos alemães. Engels, nascido em 1820, teve uma participação direta na revolução de 1848 na Alemanha, inclusive como líder militar. Marx, nascido em 1818, dirigiu a Nova Gazeta do Reno, e foi uma das principais lideranças revolucionárias no seu país. A sua militância lhe custou o exílio, primeiro da Alemanha e depois da Bélgica, até estabelecer-se definitivamente na Inglaterra, onde a colaboração com seu amigo Engels tornou-se estreita e definitiva.

O cartismo, por sua vez, testemunhou o impetuoso surgimento da classe operária no cenário social europeu. Já fazia tempo que esta enorme força social, em pleno processo de formação, não se limitava ao plano defensivo ou à atividade puramente sindical, mas também se projetava na ação política. Com base no programa democrático, o cartismo organizou manifestações de massas, e até uma greve geral em 1842, que abarcou mais de 50 mil operários, e que inaugurou a prática dos "piquetes móveis", depois mundialmente difundida. A ação dos cartistas foi eficiente, eles conseguiram mudanças efetivas, tais como a primeira lei de proteção ao trabalho infantil (1833), a lei de imprensa (1836), a reforma do Código Penal (1837), a regulamentação do trabalho feminino infantil, a lei de supressão dos direitos sobre os cereais (esta, em aliança com os liberais e a burguesia industrial), a lei permitindo as associações políticas.

Em 1847, a última onda de atividade cartista conquistou a jornada de trabalho de 10 horas: a primeira grande vitória "sindical" da classe operária foi, portanto, produto de um movimento claramente político. O *Ten Hour Act* culminou uma longa batalha de quase duas décadas pelo horário de trabalho de dez horas (o *Ten Hour Movement*). Essa lei tornou-se possível graças à aliança (tácita) da burguesia industrial com a classe operária, em oposição à aristocracia latifundiária. Em troca da jornada das dez horas de trabalho, as classes trabalhadoras apoiavam os esforços dos representantes do capitalismo para abolir a proteção cerealífera (o que, por sua

vez, era contrário aos interesses dos *landlords* e dos rendeiros capitalistas). A abolição das taxas alfandegárias sobre os cereais deu-se em 1846.

A luta dos trabalhadores contra a burguesia foi a conseqüência necessária das contradições que, no sistema de produção capitalista, opõem o capital ao trabalho assalariado. Essa luta atravessou diversas fases: as primeiras reações anticapitalistas dos trabalhadores focalizaram os instrumentos da dominação capitalista (as máquinas, as leis contra a "ociosidade", das quais se tentava fugir), para só depois atacarem as próprias relações sociais, de propriedade privada burguesa dos meios de produção, que forneciam sustentação a esses instrumentos. O movimento operário organizado foi o resultado da percepção, pelos trabalhadores, do caráter historicamente irreconciliável das contradições de classe. A própria idéia de *organização de classe*, que surgiu da concentração física e social da nova classe operária criada pelo desenvolvimento capitalista, expressa a idéia de uma luta a longo prazo, onde o que está em jogo é o próprio poder na sociedade, a sua direção política. Através do movimento operário, a luta inicialmente dispersa dos trabalhadores se transformou em *luta de classe*.

O movimento operário retomou as formas de luta características dos movimentos e classes populares que o precederam: escravos, plebeus, artesãos, camponeses. Mas não se limitou a retomá-las: também as reformulou, de acordo com as novas condições de produção (contrato "livre" de trabalho, e não mais trabalho compulsório), criando formas específicas de organização: os sindicatos. Na luta do movimento operário, porém, não houve duas fases em seqüência cronológica, primeiro *sindical* (em defesa do valor da força de trabalho) e, só depois, *política* (luta pelo poder na sociedade, e pela abolição da exploração capitalista). Toda luta de classes é, ou tende a ser, uma luta política. No berço histórico do movimento operário (a Inglaterra), os sindicatos e as organizações e reivindicações políticas (sufrágio universal, Parlamento aberto aos representantes dos trabalhadores) surgiram paralelamente no tempo.

As primeiras grandes vitórias da classe operária na luta em defesa da força de trabalho contra o capital (por exemplo, a conquista da jornada de 10 horas de trabalho) foram produto de movimentos de natureza e conotações claramente políticas. Luta sindical e ação política não estiveram separadas por períodos históricos diferenciados, nem possuíram natureza radicalmente diferente: forma duas faces de uma mesma atividade histórica de classe. O pensamento socialista contemporâneo surgiu junto com o próprio capitalismo, expressando a sensibilidade de diversos setores sociais (ou de pessoas oriundas das classes sociais mais diversas) para com o caráter dramático e destrutivo das contradições e catástrofes sociais geradas pelo sistema capitalista. Desde o início, a quase totalidade dos pensadores socialistas ficou convencida de que essa desagregação social só teria fim com a abolição da propriedade privada dos meios de produção (terra e fábricas). Ao mesmo tempo, teve consciência de que as novas forças produtivas criadas pelo capitalismo (o sistema industrial) tornavam possível pela primeira vez na história a realização prática de uma utopia socialista (propriedade coletiva ou social dos meios de produção) cuja formulação inicial precedera historicamente em muito o capitalismo.

A passagem da Inglaterra liberal para a Inglaterra conservadora e imperialista deu-se na época vitoriana, que cobriu a segunda metade do século XIX até inícios do século XX, e foi um processo de alcance mundial. Os benefícios extraordinários obtidos pela burguesia da exploração colonial repercutiram no movimento operário metropolitano, tanto na Inglaterra como nos outros países para onde a Revolução Industrial tinha se expandido. A Revolução Industrial, e o movimento operário que dela se originou, analisadas a partir do "caso inglês", não criaram um modelo universal, mas evidenciaram tendências e características que estariam presentes em todos os países em que, mais cedo ou mais tarde, houve um desenvolvimento da indústria e da produção capitalistas.

O termo *socialismo* inicialmente englobava todos aqueles que acreditavam na origem contratual de uma sociedade de homens livres e iguais. Contraposto a "individualismo", era freqüentemente utilizado como sinônimo de "cooperativismo". Arthur Rosenberg confirma que "antes de 1848, em todos os países, a palavra socialismo tinha um sentido absolutamente inofensivo aos ouvidos do homem". A revolução proletária de junho daquele ano, na França, carregou a palavra de um novo conteúdo. A elaboração de diversos sistemas socialistas, por

parte de intelectuais e até de membros das classes dominantes, refletiu de um lado o abalo que a inédita miséria social criada pela transformação capitalista provocou na consciência dos elementos mais lúcidos e honestos da sociedade. Segundo George Lichteim, "o que aconteceu no mundo ocidental, entre meados do século XVIII e meados do século XIX, foi único e carecia de antecedentes. Nunca antes acontecera a junção de um levante democrático com uma mudança técnica radical que alterava totalmente o ambiente do homem e seu modo de vida. A mudança decorrente nas instituições e nas atitudes mentais foi mais profunda do que qualquer outra que a humanidade tivesse experimentado desde a ruptura da sociedade tribal que possibilitou a vida urbana".

A consciência de classe independente dos trabalhadores ainda não existia em 1789, durante a Revolução Francesa. Na Inglaterra e na França ela passou a existir entre 1815 e 1848, por volta de 1830. A própria expressão "classe trabalhadora" apareceu nos escritos ingleses após 1815. Na Grã-Bretanha, as tentativas para unir todos os operários em "sindicatos gerais", isto é, em entidades que superassem o isolamento local e regional dos grupos particulares de trabalhadores, levando-lhes a uma solidariedade nacional e até universal da classe trabalhadora, começaram em 1818 e foram continuados entre 1829 e 1834. O complemento do "sindicato geral" era a greve geral, formulada como um conceito e uma tática sistemática da classe trabalhadora deste período. O conceito e a palavra "socialismo" surgiram na década de 1820, sendo imediatamente adotados pelos trabalhadores, em pequena escala na França, e em escala bem maior pelos britânicos, que logo teriam Robert Owen como líder de um vasto movimento. Por volta do início da década de 1830 já existiam, portanto, a consciência de classe proletária e as aspirações sociais, mais fracas ainda do que a consciência de classe que seus patrões já possuíam.

Em meados do século XIX, já era visível a expressão da situação da nova classe trabalhadora no "movimento trabalhista", sendo sua ideologia "a comunidade cooperativa"; o movimento democrático, por sua vez, era a expressão prática do povo, proletário ou não, a quem a Revolução Francesa tinha colocado no palco da história como ator e não como simples vítima. Eles queriam respeito, reconhecimento e igualdade. Sabiam que podiam obter tudo isso, pois já o tinham feito em 1793-1794. Nem todos estes cidadãos eram trabalhadores, mas todos os trabalhadores conscientes pertenciam a esse movimento; as consciências "jacobina" e proletária se complementavam. Já nas décadas de 1830 e 1840, os operários protagonizavam lutas revolucionárias contra o capital, destacando-se a insurreição dos trabalhadores têxteis de Lyon, em 1844. Durante uma das primeiras greves modernas, a dos operários da cidade inglesa de Manchester, em 1832, os trabalhadores de Lyon (França) em seu jornal *O Eco das Fábricas*, faziam um chamado à solidariedade com seus irmãos de classe do "país inimigo". A histórica bandeira do internacionalismo proletário ("Proletários do Mundo, Uni-vos", lançada no *Manifesto Comunista* de 1848) foi a expressão de uma tendência já existente na classe operária internacional, quando ainda os Estados Nacionais se encontravam em formação, e o capitalismo lutava para conquistar o mundo.

O capitalismo e os próprios Estados Nacionais nasceram no quadro da economia mundial. Bem antes de se estruturarem os principais Estados modernos, o comércio internacional já tinha um desenvolvimento bastante grande. Esse comércio foi um dos fatores que deu impulso à Revolução Inglesa do século XVII, e às outras revoluções burguesas. O capitalismo e os Estados Nacionais nasceram já obrigados a ter uma política externa e a se aliarem uns contra os outros, em função de seus interesses comerciais contraditórios, e em relação à autodeterminação das nações atrasadas. Era incorreto que o movimento operário se limitasse ao quadro nacional, na medida em que a força desses Estados Nacionais dependia essencialmente das relações internacionais que estabeleciam no mundo inteiro. O movimento operário, portanto, apenas poderia triunfar na arena internacional. Daí também se conclui que o socialismo só é realizável no plano internacional. A socialização dos meios de produção significaria a abolição das fronteiras nacionais.

Durante uma década o *cartismo* inglês constituiu o primeiro movimento operário de massas da história contemporânea. Suas reivindicações políticas eram democráticas, seu conteúdo, revolucionário. Em 1842, no auge do movimento cartista, foi feita a petição que exigia o sufrágio universal e a resolução de problemas econômicos. Apesar dos três milhões de

assinaturas que a acompanhavam, a petição foi recusada pelo Parlamento. Em 1848, organizou-se nova manifestação de apoio à petição, com cinco milhões de assinaturas. Londres foi ocupada pelo exército, que impediu a manifestação. A partir desse ano, o movimento cartista entrou em decadência. Mas o cartismo foi finalmente derrotado só ao preço de uma violenta repressão, assim como também o foram, em 1844, os *canuts* (tecelões) de Lyon, e os da Silésia, na atual Alemanha.

Nas condições criadas pela expansão do mercado capitalista, setores de trabalhadores começaram a tentar contorná-lo, escapando ao destino cruel reservado à classe operária. Vinte e oito tecelões entraram para a história como os “Pioneiros de Rochdale”, iniciando o movimento que se conheceria depois como *cooperativismo*, lançado em 1844 com a constituição da primeira cooperativa de consumo. Rapidamente, o cooperativismo estendeu-se na Europa continental, criando uma tendência que seria uma das bases do ulterior reformismo social-democrata. As cooperativas eram compostas por grupos de operários que tratavam de romper o monopólio dos produtores e provedores, obtendo assim produtos mais baratos e não adulterados. Esse “utopismo cooperativista” foi substituído por um objetivo mais limitado, quando os Pioneiros de Rochdale abriram uma mercearia sobre a base de repartir entre seus membros um dividendo proporcional à soma de suas compras. Os Pioneiros fizeram progressos constantes, seus métodos suscitaram grande interesse e foram amplamente adotados, ou seja, uma parte das energias da classe operária saiu da luta de classes para dirigir-se a um terreno mais limitado. Ernest Jones e outros militantes cartistas criticaram freqüente e severamente a evolução das cooperativas. Vinte anos depois, havia 454 cooperativas na Inglaterra, a maioria no norte, com centenas de membros. Em 1863 foi criada a *Cooperative Wholesale Society* (Sociedade Cooperativa no Atacado), generalizando a atividade para todo o país. Os operários viravam administradores.

Mas foram as revoluções européias de 1848, e seu fracasso ulterior, o palco histórico do movimento operário moderno, e de suas bases teóricas e programáticas. As bases fundamentais da teoria marxista foram postas conjuntamente por Marx e Engels no período imediatamente anterior e posterior às revoluções de 1848. O período de ruptura com o grupo filosófico dos “jovens hegelianos”, com Feuerbach e com o “comunismo filosófico” de Moses Hess, e de entroncamento com as organizações do proletariado revolucionário, foi culminado com o *Manifesto Comunista*, publicado em 1848,^[3] onde era colocado o objetivo da “elevação do proletariado à classe dominante”, simultaneamente ponto de ruptura com o socialismo filosófico e filantrópico anterior (o “socialismo utópico”) e ponto de partida para uma nova organização política da classe operária, doravante chamada *Liga dos Comunistas*, em substituição à “Federação dos Justos”.

No *Manifesto*, Marx e Engels definiam a origem e o papel que correspondia ao proletariado moderno na dinâmica histórica aberta pela vitória do capital sobre as formas de produção precedentes: “*À medida que cresce a burguesia, quer dizer, o Capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, que não vivem senão na condição de encontrarem trabalho e que só o encontram se o seu trabalho aumentar o capital. Estes operários, obrigados a vender-se dia a dia, são uma mercadoria, um artigo de comércio como qualquer outro, sujeito, portanto, a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado.*

O emprego crescente das máquinas e a divisão do trabalho, fazendo perder ao trabalho do proletário todo o caráter de autonomia, fizeram, conseqüentemente, que ele perdesse todo o atrativo para o operário. Este se converte num simples apêndice da máquina e só se lhe exige as remunerações mais simples, mais monótonas e de mais fácil aprendizagem. Portanto, o que custa o operário reduz-se pouco mais ou menos ao custo dos meios de subsistência indispensáveis para viver e perpetuar a sua descendência. Mas o preço do trabalho, como o de toda a mercadoria, é igual ao seu custo de produção. Por conseguinte quanto mais fastidioso é o trabalho, mais baixos são os salários. Mais ainda, quanto mais se desenvolvem a maquinaria e a divisão do trabalho, mais aumenta a quantidade de trabalho, quer mediante o prolongamento da jornada de trabalho, quer pelo aumento do trabalho exigido num tempo determinado, pela aceleração das cadências das máquinas, etc.

A indústria moderna transformou a pequena oficina do mestre-artesão patriarcal na grande fábrica do capitalista industrial. Massas de operários, comprimidos na fábrica, estão organizados de forma militar. Soldados rasos da indústria, estão colocados sob a vigilância de uma hierarquia completa de oficiais e sargentos. Eles não são apenas os escravos da classe burguesa, do Estado burguês, como ainda diariamente, a todas as horas, os escravos da máquina, do contramestre, e sobretudo do próprio burguês fabricante. E este despotismo é tanto mais mesquinho, odioso e exasperante, quanto maior é a fraqueza com que proclama que tem como único fim o lucro.

Quanto menos habilidade e força requer o trabalho manual, quer dizer, quanto maior é o desenvolvimento da indústria moderna, maior é a produção em que o trabalho dos homens é suplantado pelo das mulheres e crianças. No que respeita à classe operária, as diferenças de idade e sexo perdem toda a significação social. Não há senão instrumentos de trabalho, cujo custo varia segundo a idade e o sexo. Uma vez que o operário sofreu a exploração do fabricante e que lhe foi pago o seu salário, converte-se em vítima de outros membros da burguesia: o proprietário, o retalhista, o prestamista, etc.

Pequenos industriais, pequenos comerciantes e rendeiros, artesãos e camponeses, todo o escalão inferior das classes médias de outrora, caem nas fileiras do proletariado; uns porque os seus pequenos capitais não lhes permitem empregar os processos da grande indústria e sucumbem na sua concorrência com os grandes capitalistas; outros; porque a sua habilidade técnica se vê depreciada pelos novos métodos de produção. De modo que o proletariado se recruta entre todas as camadas da população”.

Depois da derrota da revolução de 1848, o balanço de Marx e Engels, exposto em trabalhos como *As Lutas de Classes na França 1848-1850* e *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, encontrou sua melhor expressão sintética e política na *Circular à Liga dos Comunistas* de 1850. Na *Circular*, balanço da principal experiência revolucionária vivida por Marx e Engels, a revolução europeia de 1848, Marx chamava a desconfiar dos “democratas pequeno-burgueses” que, numa futura (e próxima) revolução, iriam querer detê-la no estágio em que seus estreitos interesses de classe fossem satisfeitos, propondo a fórmula de “revolução em permanência” (ou “permanente”, fórmula também contida n’*A Luta de Classes na França*): em carta a Engels, Marx caracterizou a *Circular* como um “plano de guerra contra a democracia” (entendendo por “democracia” uma corrente política, com sua correspondente base de classe, pequeno-burguesa).^[4]

Mais de quatro décadas mais tarde, Engels afirmaria que o erro da *Circular* fora de ritmo (a suposta iminência de uma revolução europeia) devido a que o capitalismo continha ainda importantes possibilidades de um amplo desenvolvimento das forças produtivas, mas não de método. A impossibilidade, já a essa altura, de uma revolução burguesa, o caráter proletário de 1848, fora reafirmado por Engels no seu prefácio de 1893 à edição italiana do *Manifesto Comunista*: “Por toda parte a revolução de então foi obra da classe operária; foi esta que levantou as barricadas e que pagou com a vida. Mas só os operários de Paris tinham a intenção bem definida, derrubando o governo, de derrubar o regime da burguesia. Mas, embora profundamente conscientes do antagonismo fatal que existia entre a sua própria classe e a burguesia, nem o progresso econômico do país nem o desenvolvimento intelectual das massas operárias francesas, contudo, tinham atingido ainda o grau que teria tornado possível uma reconstrução social. Em última análise, portanto, os frutos da revolução foram colhidos pela classe capitalista. Nos outros países, na Itália, na Alemanha, na Áustria, os operários, desde o princípio, não fizeram mais do que levar a burguesia ao poder”.

Nos primeiros anos da década de 1860, já repostas as energias de classe dissipadas após as derrotas de 1848, a ascensão das lutas operárias e nacionais na Europa fez com que lideranças sindicais e ativistas socialistas começassem a pensar em fundar uma organização que reunisse as forças e militantes que estavam a favor da luta dos trabalhadores e das nações oprimidas.^[5] O resultado disso foi a criação da Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) em Londres, no St. Martin Hall, no ano de 1864.

Bibliografia

A. L. Morton e G. Tate. *Historia del Movimiento Obrero Inglés*. Madri, Fundamentos, 1971.

Albert Fried e Ronald Sanders. *Socialist Thought*. A documentary history. Nova York, Garden City - Doubleday Anchor, 1964.

Arnold Toynbee. *Lectures on the Industrial Revolution in England*. Londres, Penguin, 1937.

Arthur Rosenberg. *Democracia e Socialismo*. História política dos últimos 150 anos. São Paulo, Global, 1986.

Bert Andreas. *La Liga de los Comunistas*. México, Cultura Popular, 1977.

Christopher Hill. *Reformation to Industrial Revolution*. Londres, Penguin Books, 1967.

Claude Fohlen. *O Trabalho no Século XIX*. Lisboa, Estúdios Cor, 1974.

D. G. Wright. *Popular Radicalism*. The working-class experience. Londres, Longman, 1988.

Daniel Bertaux. *Destinos Pessoais e Estruturas de Classe*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

Daniel Guérin. *As Lutas de Classe durante a I República*. Lisboa, Afrontamento, 1975.

David McLellan. *As Idéias de Engels*. São Paulo, Cultrix, 1979.

David Riazanóv. *Marx et Engels*. Paris, Anthropos, 1970.

Donald C. Hodge. Engels' contribution to Marxism. *The Socialist Register*, Nova York, 1965.

Edoardo Grendi. *Le Origini del Movimento Operaio Inglese 1815 - 1848*. Bari, Laterza, 1973.

Edouard Dolléans. *Histoire du Mouvement Ouvrier*. Paris, Armand Colin, 1946, 3 v.

Edouard Dolléans. *Le Chartisme (1831-1848)*. Paris, Marcel Rivière, 1949.

Edward P. Thompson. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, 3 v.

Edward P. Thompson. *Tradicón, Revuelta y Consciencia de Clase*. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona, Crítica, 1984.

Élie Halévy. *Histoire du Socialisme Européen*. Paris, Gallimard, 1948.

Emilio Bottigelli. *A Gênese do Socialismo Científico*, Lisboa, Estampa, 1971.

Eric J. Hobsbawm. *A Era das Revoluções 1789 - 1848*. São Paulo, Paz e Terra, 2005.

Eric J. Hobsbawm. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1983.

Eric J. Hobsbawm. *Mundos do Trabalho*. Novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

Eric J. Hobsbawm. *Trabalhadores*. Estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

Ferdinando Vidoni e Luciano Mazzola (eds.). *1845 - 1850: Lotta Proletaria in Inghilterra*. Milão, Lavoro Liberato, 1978.

Friedrich Engels. *A Situação da Classe Operária na Inglaterra*. São Paulo, Global, 1988.

G. D. H. Cole. *Historia del Pensamiento Socialista*. México, Fondo de Cultura Económica, 1976, 7 v.

George Lichteim. *Breve Historia del Socialismo*. Madri, Alianza, 1979.

George Lichteim. *Los Orígenes del Socialismo*. Barcelona, Anagrama, 1970.

George Rudé. *A Multidão na História*. Estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra: 1730-1848. Rio de Janeiro, Campus, 1991.

George Rudé. *Ideologia e Protesto Popular*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

Georges Lefranc. *La Huelga*. Historia y presente. Barcelona, Laia, 1972.

Gian Mario Bravo. *História do Socialismo*. Lisboa, Europa-América, 1977, 3v.

Henry Pelling. *Histoire du Syndicalisme Britannique*. Paris, Seuil, 1967.

Jacques Beer. *História do Socialismo e das Lutas Sociais*. Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, sdp.

Jacques Droz. *Histoire Générale du Socialisme*. Paris, Presses Universitaires de France, 1974.

Jean Sigmann. *1848*. Las revoluciones románticas y democráticas de Europa. Madri, Siglo XXI, 1985.

Jean-Christian Petitfils. *Os Socialismos Utópicos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

Jurgen Kuczynski. *Evolución de la Clase Obrera*. Madri, Guadarrama, 1976.

Karl Marx e Friedrich Engels. *Manifesto Comunista* (organização e introdução de Osvaldo Coggiola). São Paulo, Boitempo Editorial, 1998.

Karl Marx e Friedrich Engels. *Textos*. São Paulo, Alfa-Omega, 1982, 3 v.

Karl Polanyi. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro, Campus, 1988.

Maurice Dobb. *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

Michael E. Rose. The allowance system under the new poor law. In: *Economic History Review*, vol. 19, n° 3, Londres, 1998.

Miklós Molnár. *Marx, Engels et la Politique Internationale*. Paris, Gallimard, 1975.

Norman MacKenzie. *Breve Historia del Socialismo*. Barcelona, Labor, 1969.

Osvaldo Coggiola. As classes perigosas: origens do movimento operário inglês. *História Viva* n° 29, São Paulo, fevereiro de 2007.

Osvaldo Coggiola. *Engels*. O segundo violino. São Paulo, Xamã, 1995.

Osvaldo Coggiola. *Movimentos Operários e Socialistas antes de Marx*. São Paulo, Brasiliense, 1991.

Paul Mantoux. *A Revolução Industrial no Século XVIII*. São Paulo, Hucitec, 1988.

Phyllis Deane. *A Revolução Industrial*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

T. S. Ashton. *La Revolución Industrial*. México, Fondo de Cultura Económica, 1959.

W. O. Henderson. *A Revolução Industrial*. São Paulo, Edusp, 1968.

Wolfgang Abendroth. *História Social do Movimento Trabalhista Europeu*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

[1] Uma conhecida canção da época refletia o espírito do movimento ludita: "Brave ludits we are, for the breaking we come!"/ "God save Ned Ludd!"/ "Machines to hell, we want our dignity!"/ "Breaking is good, join us and save the Europe!"/

"Break! Break! Break or die working!" / "Monsters of industrialism, we want you broken!" / "Machines to the ground!" / "Crash! Crash! Bang! Bang! The sound of freedom these are!" "Break one, break two, break three, break all! All!"

[2] O dia normal de trabalho nas fábricas devia começar às cinco e meia da manhã e acabar oito e meia da tarde. Dentro dos limites deste período de quinze horas, estava autorizado o emprego de adolescentes (isto é, indivíduos entre os 13 e os 18 anos) durante o dia. Exceto em certos casos especiais e previstos na lei, os adolescentes não poderiam trabalhar mais de 12 horas por dia, o emprego de menores abaixo dos nove anos de idade ficava proibido, o trabalho de menores entre 9 e 13 anos ficava limitado a oito horas por dia, o trabalho noturno (entre as oito e meia da noite e as cinco e meia da manhã) ficava proibido a todos os menores entre os 13 e 18 anos, cada adolescente passava a ter, em cada dia, pelo menos hora e meia para as refeições. Esta lei tinha sido exaustivamente preparada por uma comissão parlamentar que se reuniu cerca de 40 vezes, e ouviu inúmeros testemunhos, desde peritos médicos, empregadores e encarregados até crianças e adultos, vítimas de acidentes de trabalho. Paradoxalmente, estes avanços legislativos foram impulsionados por homens que estavam mais próximos dos conservadores (os *tories*) do que dos liberais (os *whigs*), ou seja, mais próximos da velha aristocracia (latifundiária) do que da nova burguesia industrial.

[3] No prefácio à edição de 1872 do *Manifesto*, Marx e Engels escreviam: "A Liga dos Comunistas, associação operária internacional que, nas circunstâncias de então, só podia evidentemente ser secreta, encarregou os abaixo-assinados, no Congresso que teve lugar em Londres em Novembro de 1847, de redigir um programa detalhado, simultaneamente teórico e prático, do Partido e destinado à publicação. Tal é a origem deste Manifesto, cujo manuscrito foi enviado para Londres, para ser impresso, algumas semanas antes da Revolução de Fevereiro. Publicado primeiro em Alemão, houve nesta língua pelo menos doze edições diferentes na Alemanha, na Inglaterra e na América do Norte. Traduzido em inglês por Miss Helen Macfarlane, apareceu em 1850, em Londres, no *Red Republican*, e, em 1871, teve na América, pelo menos, três traduções inglesas. Apareceu em francês, pela primeira vez, em Paris, pouco tempo antes da insurreição de Junho de 1848, e, recentemente, em *Le Socialiste*, de Nova York".

[4] Prevendo que "os democratas chegarão à dominação com o próximo movimento e serão forçados a propor medidas mais ou menos socialistas", a *Circular* recomendava: "Que medidas os operários devem propor? Estes não podem, naturalmente, propor medidas diretamente comunistas no começo do movimento. Mas podem: 1. Obrigar os democratas a intervir em tantos lados quanto possível da organização social até hoje existente, a perturbar o curso regular desta, a comprometerem-se a concentrar nas mãos do Estado o mais possível de forças produtivas, de meios de transporte, de fábricas, de ferrovias, etc.; 2. Têm de levar ao extremo as propostas dos democratas, que não se comportarão em todo o caso como revolucionários, mas como simples reformistas, e transformá-las em ataques diretos contra a propriedade privada; por exemplo, se os pequeno-burgueses propuserem comprar as estradas de ferro e as fábricas, os operários têm de exigir que essas estradas de ferro e fábricas, como propriedade dos reacionários, sejam confiscadas simplesmente e sem indenização pelo Estado. Se os democratas propuserem o imposto proporcional, os operários exigirão o progressivo; se os próprios democratas avançarem a proposta de um imposto progressivo moderado, os operários insistirão num imposto cujas taxas subam tão depressa que o grande capital seja com isso arruinado; se os democratas exigirem a regularização da dívida pública, os operários exigirão a bancarrota do Estado. As reivindicações dos operários terão, pois, de se orientar por toda a parte segundo as concessões e medidas dos democratas".

[5] Nas lutas nacionais de meados do século XIX, Marx e Engels apoiaram a destruição dos impérios multinacionais e a constituição das grandes nacionalidades (Inglaterra, França, Itália, Alemanha, Hungria e Polónia). Rejeitaram em bloco as aspirações nacionais dos povos eslavos do Império Austro-Húngaro e do Império Russo (com exceção da Polónia). Este posicionamento não foi confirmado pela história, em especial no caso da Tchecoslováquia, que conheceria um importante desenvolvimento capitalista e nacional. No mais importante trabalho crítico a respeito, Roman Rosdolsky sustentou que "essa concepção (que remonta a Hegel) era insustentável e estava em contradição com a concepção materialista da história que o próprio Engels contribuiu a criar, pois em vez de derivar a essência das lutas entre nacionalidades e dos movimentos nacionais das condições materiais de vida e das relações de classe (continuamente mudadas) dos povos, encontrava sua *ultima ratio* no conceito de 'viabilidade nacional', com ressonâncias metafísicas e que não explica absolutamente nada". Marx e Engels acreditavam que fosse rápido o ritmo histórico da passagem do período de conclusão da formação das nações para o período da sua unificação através da revolução socialista. Para Miklós Molnar, a posição inicial de Marx e Engels "repousava notadamente na teoria das grandes unidades nacionais, capazes de preencher um papel progressivo na história". Na segunda metade do século XIX, as posições marxistas penderam claramente na direção da luta pela independência das nações oprimidas, como no caso da Irlanda, ou na fundação da I Internacional, que fez da questão da independência da Polónia um divisor de águas e de princípios com a democracia burguesa e pequeno-burguesa, em nome do movimento operário.